

À GUISA DE INTRODUÇÃO¹

*Hegel [...] erfasst die Arbeit als das Wesen,
als das sich bewährende Wesen des Menschen.²*

KARL MARX

[O homem é consciência-de-si. É consciente de si, consciente de sua realidade e de sua dignidade humanas. É nisso que difere essencialmente do animal, que não ultrapassa o nível do simples sentimento de si. O homem toma consciência de si no momento em que — pela primeira vez — diz: “Eu”. Compreender o homem pela compreensão de sua origem é, portanto, compreender a origem do Eu revelado pela palavra.

Ora, a análise do pensamento, da razão, do entendimento etc. — de modo geral: do comportamento cognitivo, contemplativo, passivo, de um Ser ou de um sujeito cognoscente — nunca descobre o porquê ou o como do nascimento da palavra “Eu”, e — em conseqüência — da consciência-de-si, isto é, da realidade humana. O homem que contempla é absorvido por aquilo que ele contempla; o sujeito cognoscente se perde no objeto conhecido. A contemplação revela o objeto, não o sujeito. É o objeto, não o sujeito, que se mostra a si mesmo no e pelo — ou, melhor ainda, como — ato de conhecer. O homem absorvido pelo objeto que ele contempla só pode voltar a si por um desejo: pelo desejo de comer, por exemplo. O desejo (consciente) de um Ser constitui esse Ser como Eu e o revela como tal, levando-o a dizer: “Eu...”. É o desejo que transforma o Ser revelado a si mesmo por si mesmo no conhecimento (verdadeiro) em um objeto revelado a um sujeito por um sujeito diferente do objeto e oposto a ele. É em e por, ou, melhor ainda, como seu desejo que o homem se constitui e se revela — a si e aos outros — como um Eu, como o Eu essencialmente diferente do, e radicalmente oposto ao, não-Eu. O Eu (humano) é o Eu de um — ou do — desejo.

O Ser do homem, o Ser consciente de si, implica e supõe o desejo. A realidade humana só se pode constituir e manter no interior de uma realidade biológica, de uma vida animal. Mas, se o desejo animal é condição necessária da consciência-de-si, não é condição suficiente. Sozinho, esse desejo constitui apenas o sentimento de si.

1. Tradução comentada da seção A do cap, IV da *Fenomenologia do Espírito*, intitulada “Autonomia e dependência da consciência-de-si: dominação e sujeição”. Os comentários [de Kojève] vêm em itálico, entre colchetes. As palavras ligadas por hífen correspondem a um único termo alemão. [N. de R. Q.]

2. Hegel [...] entende o trabalho como a essência, como a essência do homem que se confirma.

Ao contrário do conhecimento que mantém o homem em quietude passiva, o desejo torna-o in-quieto e leva-o à ação. Oriunda do desejo, a ação tende a satisfazê-lo, e ela só pode fazer isso pela negação, pela destruição ou, ao menos, pela transformação do objeto desejado: para satisfazer a fome, por exemplo, é preciso destruir ou, em todo caso, transformar o alimento.

Assim, toda ação é negadora. Longe de deixar o dado tal qual é, a ação o destrói; se não em seu Ser, ao menos em sua forma dada. E toda negatividade-negadora em relação ao dado é necessariamente ativa. Mas a ação negadora não é puramente destrutiva. Porque, se a ação que nasce do desejo destrói, para satisfazê-lo, uma realidade objetiva, ela cria em seu lugar, em e por essa própria destruição, uma realidade subjetiva. O Ser que come, por exemplo, cria e mantém sua própria realidade pela supressão da realidade diferente da sua, pela transformação de uma realidade outra em realidade sua, pela assimilação, pela interiorização de uma realidade estranha, externa. De modo geral, o Eu do desejo é um vazio que só recebe um conteúdo positivo real pela ação negadora que satisfaz o desejo ao destruir, transformar e assimilar o não-Eu desejado. E o conteúdo positivo do Eu, constituído pela negação, é uma função do conteúdo positivo do não-Eu negado. Portanto, se o desejo se dirige a um não-Eu natural, o Eu também será natural. O Eu criado pela satisfação ativa de tal desejo terá a mesma natureza das coisas às quais esse desejo se dirige: será um “Eu-coisa”, um Eu apenas vivo, um Eu animal. E esse Eu natural, função do objeto natural, só poderá revelar-se a si mesmo e aos outros como sentimento de si. Ele nunca atingirá a consciência-de-si.

Para que haja consciência-de-si, é preciso que o desejo se dirija a um objeto não-natural, algo que ultrapasse a realidade dada. Ora, a única coisa que ultrapassa o real dado é o próprio desejo. Porque o desejo considerado como desejo, isto é, antes de sua satisfação, é apenas um nada revelado, um vazio irreal. O desejo como revelação de um vazio, como presença da ausência de uma realidade, é essencialmente diferente da coisa desejada, diferente de uma coisa, diferente de um Ser real estático e dado que se mantém eternamente na identidade consigo mesmo. O desejo que se dirige a um outro desejo, considerado como desejo, vai criar, pela ação negadora e assimiladora que o satisfaz, um Eu essencialmente diferente do “Eu” animal. Esse Eu, que se alimenta de desejos, será ele mesmo desejo em seu próprio Ser, criado na e pela satisfação de seu desejo. E já que o desejo se realiza como ação negadora do dado, o próprio Ser desse Eu será ação. Esse Eu não será, como o “Eu” animal, identidade ou igualdade consigo, mas negatividade-negadora. Em outros termos, o próprio Ser desse Eu será devir, e a forma universal desse Ser não será espaço, mas tempo. Manter-se na existência significará pois para esse Eu: “não ser o que ele é (Ser estático e dado, Ser natural, caráter inato) e ser (isto é, devir) o que ele não é”. Esse Eu será assim sua própria obra: ele será (no futuro) o que ele se tornou pela negação (no presente) do que ele foi (no passado), sendo essa negação efetuada em vista do que ele se tornará. Em seu próprio Ser, esse Eu é

devir intencional, evolução desejada, progresso consciente e voluntário. É o ato de transcender o dado que lhe é dado e que ele próprio é. Esse Eu é um indivíduo (humano), livre (em relação ao real dado) e histórico (em relação a si próprio). Esse Eu, e apenas esse Eu, se revela a ele e aos outros como consciência-de-si.

O desejo humano deve buscar um outro desejo. Para que haja desejo humano, é preciso que haja primeiro uma pluralidade de desejos (animais). Em outros termos, para que a consciência-de-si possa nascer do sentimento de si, para que a realidade humana possa constituir-se no interior da realidade animal, é preciso que essa realidade seja essencialmente múltipla. O homem, portanto, só pode aparecer na Terra dentro de um rebanho. Por isso a realidade humana só pode ser social. Mas, para que o rebanho se torne uma sociedade, não basta apenas a multiplicidade de desejos; é também preciso que os desejos de cada membro do rebanho busquem — ou possam buscar — os desejos dos outros membros. Se a realidade humana é uma realidade social, a sociedade só é humana como conjunto de desejos desejando-se mutuamente como desejos. O desejo humano, ou melhor, antropogênico — que constitui um indivíduo livre e histórico consciente de sua individualidade, de sua liberdade, de sua história e, enfim, de sua historicidade —, o desejo antropogênico difere portanto do desejo animal (que constitui um Ser natural, apenas vivo e tendo só o sentimento de sua vida) pelo fato de buscar não um objeto real, “positivo”, dado, mas um outro desejo. Assim, na relação entre homem e mulher, por exemplo, o desejo só é humano se um deles não deseja o corpo mas sim o desejo do outro, se quer possuir ou assimilar o desejo considerado como desejo, isto é, se quer ser desejado ou amado ou, mais ainda, reconhecido em seu valor humano, em sua realidade de indivíduo humano. Do mesmo modo, o desejo que busca um objeto natural só é humano na medida em que é mediatizado pelo desejo de outrem dirigido ao mesmo objeto: é humano desejar o que os outros desejam, porque eles o desejam. Assim, um objeto perfeitamente inútil do ponto de vista biológico (como uma condecoração ou a bandeira do inimigo) pode ser desejado porque é objeto de outros desejos. Tal desejo só pode ser um desejo humano. A realidade humana, diferente da realidade animal, só se cria pela ação que satisfaz tais desejos: a história humana é a história dos desejos desejados.

Mas, deixada de lado essa diferença — essencial —, o desejo humano é análogo ao desejo animal. Também o desejo humano tende a satisfazer-se por uma ação negadora, ou até transformadora e assimiladora. O homem se alimenta de desejos como o animal se alimenta de coisas reais. E o Eu humano, realizado pela satisfação ativa de seus desejos humanos, é tanto função de seu alimento quanto o corpo do animal é função do que come.

Para que o homem seja verdadeiramente humano, para que se diferencie essencial e realmente do animal, é preciso que, nele, o desejo humano supere de fato o desejo animal. Ora, todo desejo é desejo de um valor. O valor supremo para o animal é sua vida animal. Todos os desejos do animal são, em última análise, uma

função do desejo que ele tem de conservar a vida. O desejo humano deve superar esse desejo de conservação. Ou seja, o homem só se confirma como humano se arriscar a vida (animal) em função de seu desejo humano. É nesse e por esse risco que a realidade humana se cria e se revela como realidade; é nesse e por esse risco que ela se confirma, se mostra, se demonstra, se verifica e se comprova como essencialmente diversa da realidade animal, natural. Por isso, falar da origem da consciência-de-si é necessariamente falar do risco de vida (em vista de um objetivo essencialmente não-vital).

O homem se confirma como humano ao arriscar a vida para satisfazer seu desejo humano, isto é, seu desejo que busca outro desejo. Ora, desejar um desejo é pôr-se no lugar do valor desejado por esse desejo. Porque, sem essa substituição, desejar-se-ia o valor, o objeto desejado, e não o próprio desejo. Desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor, quero que me reconheça como um valor autônomo. Isto é, todo desejo humano, antropogênico, gerador da consciência-de-si, da realidade humana, é, afinal, função do desejo de reconhecimento. E o risco de vida pelo qual se confirma a realidade humana é um risco em função desse desejo. Falar da origem da consciência-de-si é, pois, necessariamente falar de uma luta de morte em vista do reconhecimento.

Sem essa luta de morte por puro prestígio nunca teria havido seres humanos na Terra. De fato, o Ser humano só se constitui em função de um desejo que busca outro desejo, isto é, no final das contas, de um desejo de reconhecimento. O Ser humano só se pode constituir se pelo menos dois desses desejos se confrontam. E, como cada um dos dois seres dotados de semelhante desejo está decidido a ir até o fim na busca de sua satisfação, ou seja, está decidido a arriscar a vida — e, por conseguinte, pôr em perigo a do outro a fim de ser reconhecido pelo outro, de impor-se ao outro como valor supremo —, o encontro dos dois só pode ser uma luta de morte. Somente nessa e por essa luta a realidade humana se engendra, se constitui, se realiza e se revela a si própria e aos outros. Portanto, ela só se realiza e se revela como realidade reconhecida.

Entretanto, se todos os homens — ou, mais precisamente, todos os seres em via de se tornarem seres humanos — se comportassem de maneira idêntica, a luta levaria necessariamente à morte de um dos adversários, ou dos dois. Não seria possível que um cedesse ao outro, abandonasse a luta antes da morte do outro, reconhecesse o outro em vez de ser reconhecido por ele. Mas, se assim fosse, a realização e a revelação do Ser humano seriam impossíveis. Isso fica evidente no caso de morrerem os dois adversários, já que a realidade humana — sendo essencialmente desejo e ação em função do desejo — só pode nascer e manter-se no interior da vida animal. Mas a impossibilidade permanece, caso seja morto apenas um

dos adversários. Porque, com ele, desaparece esse outro desejo que era buscado pelo desejo, a fim de ser desejo humano. O sobrevivente, não podendo ser reconhecido pelo morto, não pode realizar-se e revelar sua humanidade. Para que o Ser humano se possa realizar e revelar como consciência-de-si, não basta que a realidade humana nascente seja múltipla. É também preciso que essa multiplicidade, essa sociedade, implique dois comportamentos humanos ou antropogênicos essencialmente diferentes.

Para que a realidade humana possa constituir-se como realidade reconhecida, é preciso que ambos os adversários continuem vivos após a luta. Ora, isso só é possível se eles se comportarem de modo diverso durante a luta. Por atos de liberdade irredutíveis, até imprevisíveis ou indeduzíveis, devem constituir-se como desiguais nessa e por essa luta. Um, sem ter sido a isso predestinado, deve ter medo do outro, deve ceder, deve recusar-se a arriscar a vida em nome da satisfação de seu desejo de reconhecimento. Deve abandonar seu desejo e satisfazer o desejo do outro: deve reconhecê-lo sem ser reconhecido por ele. Ora, reconhecê-lo assim é reconhecê-lo como senhor e reconhecer-se (e fazer-se reconhecer) como escravo do senhor.

Em outras palavras, em seu estado nascente, o homem nunca é apenas homem. É, necessária e essencialmente, senhor ou escravo. Se a realidade humana só se engendra como social, a sociedade só é humana — pelo menos na origem — sob a condição de implicar um elemento de dominação e um elemento de sujeição, existências autônomas e existências dependentes. Por isso, falar da origem da consciência-de-si é falar necessariamente da autonomia e da dependência da consciência-de-si, da dominação e da sujeição.

Se o Ser humano só se engendra na e pela luta que leva à relação entre senhor e escravo, a realização e a revelação progressivas desse Ser também só se podem efetuar em função dessa relação social fundamental. Se o homem nada mais é que seu devir, se seu Ser humano no espaço e seu Ser no tempo ou como tempo, se a realidade humana revelada nada mais é que a história universal, essa história tem de ser a história da interação de dominação e sujeição: a dialética histórica é a dialética do senhor e do escravo. Mas, se a oposição da tese e da antítese só tem sentido na conciliação pela síntese, se a história no sentido forte da palavra tem necessariamente um termo final, se o homem que está em via de tornar-se deve culminar no homem que já se tornou, se o desejo deve levar à satisfação, se a ciência do homem deve ter valor de verdade definitiva e universalmente válida, então a interação do senhor e do escravo deve finalmente levar à supressão dialética deles.

Seja como for, a realidade humana só pode engendrar-se e manter-se na existência como realidade reconhecida. Somente ao ser reconhecido por um outro, pelos outros e — no extremo — por todos os outros é que o Ser humano é realmente humano: tanto para ele como para os outros. Só ao falar de uma realidade humana reconhecida é que se pode, ao chamá-la humana, enunciar uma verdade no